

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.322 - SP (2019/0183878-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**  
**PROCURADOR : ROBERTA CALLIJÃO BOARETO - SP271287**  
**AGRAVADO : BRIGIDA CABRAL SALLUM**  
**AGRAVADO : CLAUDIA TEREZINHA MARQUES TARIFA**  
**AGRAVADO : DIRCE TAECO YAMAMOTO**  
**AGRAVADO : ENEIDA FLORES**  
**AGRAVADO : FLÁVIA ANGÉLICA LORENZON SILVEIRA**  
**AGRAVADO : ISABEL CRISTINA PEREIRA**  
**AGRAVADO : IVETE EDNA LANCONI RONCHI**  
**AGRAVADO : JANET CHEMET DUTRA**  
**AGRAVADO : JEFFERSON BRITO GUIMARÃES**  
**AGRAVANTE : LEUI ANTONIO MALVEZZI**  
**AGRAVADO : LOURIVAL CANDIDO DA SILVA**  
**AGRAVADO : LUIS ERNESTO BUENO**  
**AGRAVADO : MARIA FELICIANA GUIMARAES DONOFRE**  
**AGRAVADO : MARIA LAVINIA SANCHES**  
**AGRAVADO : MARINEZ RIVA MALUF**  
**AGRAVADO : MOISES FERREIRA**  
**AGRAVADO : ROSA VERA**  
**AGRAVADO : ROSIMEIRE BATISTA AFONSO REGINO**  
**AGRAVADO : VILMA GIGLIOTTI DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADOS : MAURO FERNANDES GALERA - SP130268**  
**NILCEIA APARECIDA LUIS MATHEUS - SP122798**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. ALEGADA PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO BASEADO NO EXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL. ÓBICE DA SÚMULA 280/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO BASEADO NO EXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL. ÓBICE DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo cuja ementa é a seguinte:

AÇÃO ORDINÁRIA - Servidores públicos estaduais - Recálculo da conversão dos salários em URV - Alegação de que a Administração Pública teria convertido de maneira incorreta o valor dos vencimentos

# Superior Tribunal de Justiça

devido aos autores - Em se tratando de prescrição relativa a obrigação dividida em prestações periódicas, cuja violação é continuada, o prazo é de se contar a partir da data em que o pagamento de cada uma delas se fez sem a valorização devida, aplicando-se, destarte, a regra do artigo 3º do Decreto Federal nº 20.910/32 - Não colhe dizer que caberia aos autores o ônus da prova, mormente quando se trata de prova de fato negativo, conhecida pela doutrina como "prova diabólica". Ademais, é a própria requerida quem se adianta para afirmar que aplicou apenas "reajustes", o que não se confunde com conversão do valor dos vencimentos em URV -Recurso provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 2º-A, parágrafo único, da Lei 9.494/97 e 1º do Decreto 20.910/1932; bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que "entendimento contrário à prescrição de fundo de direito e a possibilidade que se abriu a todos aqueles que ingressaram no serviço público após julho de 1994, (recebendo seus salários na nova moeda, qual seja, o REAL), de pleitear direito retroativo, viola frontalmente os principais fundamentos da prescrição".

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fl. 532, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 2/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*"

O Tribunal de origem entendeu que:

Em se tratando de prescrição relativa a obrigação dividida em prestações periódicas, cuja violação é continuada, operando-se encadeadamente, o prazo prescricional é de se contar a partir da última delas. Mas no caso em que cada ato dá direito a uma ação independente, a prescrição alcança cada uma destacadamente, não prejudicando o perecimento do direito sobre as prestações mais remotas a percepção das mais recentes (Yussef Said Cahali, Prescrição e decadência, SP, RT,2008, P. 37) Neste exato sentido é também a orientação de Caio Mario da Silva Pereira (Instituições de Direito Civil, 19a ed., vol. I, 1998, RJ, Forense, p. 444 e 445).

**No caso em exame, conquanto a ausência da conversão dos vencimentos em URV**, em bases adequadas, repercutisse nas prestações seguintes, e mais, na base de cálculo da aplicação de sucessivos reajustes - o que tornaria inviável examinar cada prestação de per si, sem levar em conta os valores agregados por força da referida conversão, tanto quanto da incidência de índices sobre índice de reajustes -, é bem de ver que a qualquer momento os autores poderiam fazer valer sua pretensão em relação às prestações que se viram desvalorizadas, mês a mês, pela omissão da requerida na correta aplicação dos critérios previstos no artigo 22 da Lei Federal nº. 8.880/94.

A *actio nata*, pois, é a data em que o pagamento de cada uma das

# Superior Tribunal de Justiça

prestações se fez sem aquela valorização, e o prazo prescricional, de cinco anos, à vista da regra do artigo 3º do Decreto Federal nº. 20.910/32.

O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que, no que tange ao art. 1º do Decreto 20.910/32, não se opera a prescrição do direito de ação, nos casos em que se busca o pagamento de diferenças remuneratórias em virtude de omissão da Administração em converter corretamente cruzeiros reais para URV, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, porquanto resta caracterizada relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, nos termos da Súmula 85 desta Corte.

Importante salientar que existem julgados no sentido de que "a reestruturação da carreira dos Servidores é o marco inicial da contagem do prazo prescricional para a cobrança dos possíveis prejuízos decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV, que atinge todo o direito reclamado após o prazo de cinco anos" (STJ, AgInt no AgInt no REsp 1.662.353/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/08/2017).

Constata-se, todavia, que o Tribunal *a quo* asseverou que "no caso em exame, conquanto **a ausência da conversão dos vencimentos em URV**, em bases adequadas".

Por seu turno, o recorrente afirma que "ora, a contenda diz respeito ao direito à conversão que **supostamente não teria sido feita** e, por via de consequência, às diferenças não pagas".

Constata-se que, para o acolhimento da tese de prescrição do direito de ação (com base na prescrição do fundo de direito e não da prescrição de trato sucessivo), é necessário o reexame de matéria de fato (óbice da Súmula 7/STJ); bem como a análise encontra óbice na súmula 280/STF (por analogia), porquanto seria imprescindível a análise da legislação local, o que é insuscetível de ser realizado, na via do Recurso Especial.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA EM UNIDADE REAL DE VALOR (URV). LEI 8.880/1994. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. APURAÇÃO DA EFETIVA DEFASAGEM REMUNERATÓRIA EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO.

1. Na origem, trata-se de demanda objetivando o direito da parte ora recorrida de receber diferenças remuneratórias em decorrência da conversão de seus vencimentos em URV (Unidade Real de Valor), na forma da Lei 8.880/94.

2. **Em relação ao art. 1º do Decreto 20.910/1932, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que não se opera a prescrição do direito de ação nos casos em que se busca o pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes da omissão da Administração em converter corretamente cruzeiros reais em URV, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, porquanto está caracterizada a relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, nos termos da Súmula 85 desta Corte.**

3. De igual modo, inclusive em casos idênticos, esta Corte firmou a compreensão - tal como ocorre no caso dos autos - de que "a efetiva

defasagem salarial, o percentual devido e a ocorrência da reestruturação remuneratória de carreira devem ser aferidos em liquidação de sentença (STJ, AgInt no AREsp 1.058.595/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2018). No mesmo: STJ, REsp 1.725.389/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/05/2018; AgInt no AREsp 1.302.531/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/09/2018; AgInt no AREsp 708.262/TO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/02/2017.

**4. Não se olvida que esta Corte, igualmente, registra julgados consoante as quais "a reestruturação da carreira dos Servidores é o marco inicial da contagem do prazo prescricional para a cobrança dos possíveis prejuízos decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV, que atinge todo o direito reclamado após o prazo de cinco anos" (STJ, AgInt no AgInt no REsp 1.662.353/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/08/2017). Todavia, no caso concreto, à luz do que decidido pelas instâncias ordinárias, para o acolhimento da tese de prescrição do direito de ação, tendo em conta a existência de lei estadual que teria reestruturado a carreira da servidora, seria imprescindível a análise da legislação local, bem como o reexame dos fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via do Recurso Especial, ante os óbices das Súmulas 280/STF e 7/STJ.**

5. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada foi afastada no exame do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, tendo em conta a aplicação das vedações previstas nos citados verbetes sumulares.

6. Recurso Especial não provido.

(REsp 1773755/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 08/03/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA EM UNIDADE REAL DE VALOR (URV). LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. APURAÇÃO DA EFETIVA DEFASAGEM REMUNERATÓRIA EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ.

1. Na origem, trata-se de demanda objetivando o direito da parte ora agravada de receber diferenças remuneratórias em decorrência da conversão de seus vencimentos em URV (Unidade Real de Valor), na forma da Lei 8.880/94.

**2. Em relação ao art. 1º do Decreto 20.910/32, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que não se opera a prescrição do direito de ação, nos casos em que se busca o pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes da omissão da Administração em converter corretamente cruzeiros reais para URV, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, porquanto resta caracterizada relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, nos termos da Súmula 85 desta Corte.**

3. De igual modo, inclusive em casos idênticos, esta Corte firmou compreensão - tal como ocorre, no caso dos autos -, no sentido de que "a efetiva defasagem salarial, o percentual devido e a ocorrência da reestruturação remuneratória de carreira devem ser aferidos em liquidação de sentença (STJ, AgInt no AREsp 1.058.595/SP, Rel. Ministro

FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2018). No mesmo: STJ, REsp 1.725.389/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/05/2018; AgInt no AREsp 1.302.531/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/09/2018; AgInt no AREsp 708.262/TO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/02/2017.

**4. Não se olvida que esta Corte, igualmente, registra julgados no sentido de que "a reestruturação da carreira dos Servidores é o marco inicial da contagem do prazo prescricional para a cobrança dos possíveis prejuízos decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV, que atinge todo o direito reclamado após o prazo de cinco anos" (STJ, AgInt no AgInt no REsp 1.662.353/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/08/2017). Todavia, no caso concreto, à luz do que decidido pelas instâncias ordinárias, para o acolhimento da tese de prescrição do direito de ação, tendo em conta a existência de lei estadual que teria reestruturado a carreira da servidora, seria imprescindível a análise da legislação local, bem como o reexame dos fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via do Recurso Especial, ante os óbices das Súmulas 280/STF e 7/STJ.**

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1748703/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 12/02/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA EM UNIDADE REAL DE VALOR (URV). LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 85/STJ. APURAÇÃO DA EFETIVA DEFASAGEM REMUNERATÓRIA EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 08/08/2018, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, trata-se de demanda objetivando o direito de a parte autora receber diferenças remuneratórias em decorrência da conversão de seus vencimentos em URV (Unidade Real de Valor), na forma da Lei 8.880/94.

III. Em relação ao art. 1º do Decreto 20.910/32, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que não se opera a prescrição do direito de ação, nos casos em que se busca o pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes da omissão da Administração em converter corretamente cruzeiros reais para URV, mas tão somente das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu a propositura da ação, porquanto resta caracterizada relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, nos termos da Súmula 85 desta Corte.

IV. De igual modo, inclusive em casos idênticos, esta Corte firmou compreensão - tal como ocorre, no caso dos autos -, no sentido de que "a efetiva defasagem salarial, o percentual devido e a ocorrência da reestruturação remuneratória de carreira devem ser aferidos em liquidação de sentença (STJ, AgInt no AREsp 1.058.595/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2018). No mesmo: STJ, REsp 1.725.389/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/05/2018; AgInt no AREsp 1.302.531/MT,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/09/2018; AgInt no AREsp 708.262/TO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/02/2017.

V. Não se olvida que esta Corte, igualmente, registra julgados no sentido de que "a reestruturação da carreira dos Servidores é o marco inicial da contagem do prazo prescricional para a cobrança dos possíveis prejuízos decorrentes da errônea conversão de vencimentos em URV, que atinge todo o direito reclamado após o prazo de cinco anos" (STJ, AgInt no AgInt no REsp 1.662.353/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/08/2017). **Todavia, no caso concreto, à luz do que decidido pelas instâncias ordinárias - no sentido de que, em face da "ausência de demonstração no presente processo de que houve efetiva reestruturação da remuneração da carreira dos servidores estaduais, fica afastada a existência de termo final para o recebimento de valores, isto é, não se reconhece a ocorrência da denominada prescrição do fundo de direito" -, para o acolhimento da tese de prescrição do direito de ação, tendo em conta a existência de lei estadual que teria reestruturado a carreira da servidora, seria imprescindível a análise da legislação local, bem como o reexame dos fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via do Recurso Especial, ante os óbices das Súmulas 280/STF e 7/STJ.**

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1323485/MT, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 18/10/2018)

Cumpra esclarecer que os óbices aplicados impedem o conhecimento do recurso por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional.

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator